



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640042 - RO (2021/0012714-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
MATEUS LICHY - TO005023
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : NATANAEL WILLIAM CAMARGO DA SILVA (PRESO)
OUTRO NOME : NATANAEL WILLIAN CAMARGO DA SILVA
CORRÉU : DAVID ANDRADE RAMOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrando em favor de NATANAEL WILLIAM CAMARGO DA SILVA (ou NATANAEL WILLIAN CAMARGO DA SILVA) em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (HC n. 0800106-08.2021.8.22.0000).

O paciente foi preso preventivamente e, posteriormente, condenado às penas de 4 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime de tráfico privilegiado de drogas (art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006).

Relata o impetrante que, não obstante o condenado se encontrar preso há mais de 5 meses, o Magistrado sentenciante deixou de aplicar o disposto no art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal (detração) para determinar o regime inicial de resgate da reprimenda.

Sustenta a existência de constrangimento ilegal, uma vez que o paciente encontra-se em regime mais gravoso do qual o permitido em lei.

Requer a concessão da medida liminar para que seja determinada a imediata transferência para o regime semiaberto até o julgamento do mérito da apelação.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "*a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, em manifestação do órgão colegiado*" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, incisos XIII, alínea c, c/c o art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência